

O VIOLADOR MUÇULMANO. DISCURSOS DE EXORCIZAÇÃO DO INDESEJÁVEL NA “EUROPA FORTALEZA”*

JÚLIA GARRAIO

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ao transitarem para o espaço público, as histórias de violação perdem frequentemente o seu referente inicial para se tornarem catalisadores dos receios, conflitos, rivalidades e ódios de carácter político, económico ou étnico de uma determinada sociedade ou grupo social. Não só na propaganda de guerra o Outro, o Inimigo, é frequentemente esconjurado como vil violador. Também os “tempos de paz” oferecem exemplos de aproveitamento de violações para definir quem deve ser excluído. Esta contribuição pretende reflectir, a partir de um debate promovido em 2006 na revista norte-americana *FrontPage Magazine*, como certas violações cometidas na Europa por imigrantes muçulmanos foram reinterpretadas como ritual bárbaro e instrumentalizadas como prova do carácter “não-europeu” e “não-ocidental” do Islão.

Palavras-chave: violência sexual; orientalismo; islamofobia; propaganda; *FrontPage Magazine*.

No prefácio à edição de 2003 do seu famoso estudo *Orientalismo*, Edward Said notava como as intenções para as guerras imperialistas de Georg W. Bush tinham sido mascaradas e justificadas por orientalistas como Bernard Lewis e Fouad Ajami, secundados por polemistas políticos com uma profícua literatura sobre o “perigo do Islão” e com privilegiado espaço de antena em cadeias de televisão como a CNN e a Fox (Said, 2004: XV-XVII). Para compreender a força dos actuais discursos orientalistas é imperativo ter igualmente em conta a crescente importância da Internet como fonte de notícias. Vejamos uma passagem de “Rape. Nothing to do with Islam?”¹, de Fjordman,² autor de um blogue conhecido pelos seus inflamados ataques ao Islão:

* Investigação efectuada no âmbito do projecto “A representação da violência e a violência da representação” (CES), financiado pela FCT. Agradeço a Shahd Wadi as suas valiosas sugestões.

¹ Com data de 01/08/2005.

² Fjordman é um autor de um blogue anónimo norueguês, que teve o seu próprio blogue em inglês em 2005

O número de violações cometidas por imigrantes muçulmanos nos países ocidentais é tão elevado que é difícil vê-las apenas como actos esporádicos de indivíduos. Assemelha-se a guerra. [...] Discordo que isto não tenha nada a ver com o Islão. O próprio Maomé tinha sexo forçado (violação) com várias das suas escravas/concubinas. Isto é perfeitamente permitido, tanto na suna como no Corão. Se postularmos que muitos dos muçulmanos na Europa se vêem como um exército conquistador e que as mulheres europeias são simples espólio de guerra, tudo isto faz sentido e está totalmente de acordo com a lei islâmica. E os muçulmanos seguem as suas leis religiosas medievais, mesmo hoje. (Fjordman, 2005)³

Muitos dos mais violentos textos anti-muçulmanos que abundam no ciberespaço focam violações de mulheres europeias por imigrantes muçulmanos.⁴ O passo acima transcrito sintetiza uma linha de pensamento que goza de significativa expressão na blogosfera: as violações cometidas por muçulmanos nos países ocidentais não podem ser vistas como “comuns violações”, já que traduzem um acto de guerra fruto da tradição e dos fundamentos religiosos do Islão; os muçulmanos seguem leis arcaicas não compatíveis com as legislações dos países europeus; a sobrevivência da cultura e da “raça europeia” exige, por isso, um urgente travão à imigração muçulmana. Prova de que o discurso sobre o “violador muçulmano” está longe de se limitar a blogues mais ou menos anónimos e de teor abertamente racista como o de Fjordman é a discussão dirigida por Jamie Glazov “To rape an unveiled woman”⁵, que reuniu figuras da França, Alemanha e de Israel na revista norte-americana *FrontPage Magazine* para discutir as violações de mulheres europeias por imigrantes muçulmanos.

O objectivo do presente estudo é, através da análise da discussão dirigida por Glazov, apontar para uma das formas de que se reveste o actual orientalismo, a fobia do “muçulmano violador”. Esta imagem, que surge intimamente ligada a uma concepção de violação como ritual bárbaro e primitivo⁶, tem sido posta repetidamente ao serviço de uma argumentação islamofóbica. Utilizarei o conceito de islamofobia de acordo com os critérios propostos pela britânica *Runnymede Trust* para definir o conceito: o Islão como

(<http://fjordman.blogspot.com/>) e que escreve em páginas anti-Islão como *Brussels Journal*, *Gates of Vienna* e *islam-watch.org*.

³ A tradução das citações é da responsabilidade da autora

⁴ De uma maneira geral, a violência contra as mulheres tem sido um tópico privilegiado nos discursos anti-Islão. Obras de grande êxito comercial como *Eurabia: The Euro-Arab Axis* (2005) de Bat Ye'Or, *Londonistan* (2006) de Melanie Phillips, *While Europe Slept: How Radical Islam Is Destroying the West from Within* (2006) de Bruce Bawer e *Reflections on the Revolution in Europe: Immigration, Islam, and the West* (2009) de Christopher Caldwell, referem questões como os “crimes de honra” e a excisão feminina como prova do perigo da imigração muçulmana na Europa.

⁵ Com data de 03/07/2006.

⁶ O termo surge neste contexto com uma conotação pejorativa, como marca de primitivismo. Como o atestam os estudos do presente volume, o ritual tem de ser equacionado com as diversas formas de convivência e de poder que estruturam uma sociedade, revelando-se assim infrutífera qualquer tentativa de ler o ritual como definidor de uma “cultura arcaica”.

entidade monolítica, totalmente diferente, inferior ao Ocidente (bárbara, primitiva e sexista), violenta (terrorismo), com objectivos políticos, que rejeita qualquer crítica do Ocidente, o que justifica as práticas discriminatórias e a hostilidade anti-muçulmana (Runnymede Trust, s.d.). Tentarei demonstrar como o painel se socorre de uma conotação pejorativa do conceito de ritual como prática pré-civilizacional e do domínio do sagrado numa tentativa de essencializar e descredibilizar o Islão como religião obscurantista, fomentadora da violência sexual e da submissão feminina. Pretendo assim clarificar em que medida a significação redutora de ritual subjacente à discussão é essencial para perpetuar alguns dogmas fundamentais do orientalismo apontados por Said: “a absoluta e sistemática diferença entre o Ocidente – racional, desenvolvido, humanitário e superior – e o Oriente – aberrante, subdesenvolvido e inferior”; o Oriente como “eterno, uniforme e incapaz de se definir a si próprio” e algo “a ser temido (o Perigo Amarelo, as hordas mongóis, os domínios dos morenos) ou algo a ser controlado (através da pacificação, investigação e desenvolvimento, ou ocupação pura e simples sempre que tal seja possível)” (Said, 2004: 356). Tentarei denunciar alguns dos problemas resultantes deste tipo de interpretação da violência sexual e, por fim, demonstrar como este discurso orientalista, ao mesmo tempo que se dirige para o interior, na tentativa de definir quem tem direito a reivindicar uma identidade europeia num ambiente de islamofobia e rejeição da imigração, procura legitimar certos interesses das potências ocidentais no Médio Oriente.

A *FrontPage Magazine* é uma revista *on-line* conservadora norte-americana (<http://frontpagemag.com/>) do David Horowitz Freedom Center,⁷ que visa sobretudo temas de política externa norte-americana, especialmente a chamada guerra ao terrorismo islâmico. A página de abertura dá acesso a *Jihad Watch*, blogue islamofóbico fundado em 2003 com o intuito de denunciar a responsabilidade do Islão nos conflitos da actualidade. A revista tem-se afirmado como fervorosa voz de defesa das guerras norte-americanas no Médio Oriente e do expansionismo e das acções militares de Israel. Alvo de duras críticas neste espaço são também todas as formas que a linha editorial associa à esquerda, um espectro político e intelectual extensíssimo, que para a *FrontPage Magazine* vai desde os comunismos do antigo Bloco de Leste a posições apelidadas de *progressive* no contexto sociopolítico norte-americano: o Partido Democrata, movimentos pacifistas, a defesa do meio ambiente, grupos feministas, as Nações Unidas, judeus que criticam Israel, etc.

⁷ O DHFC é uma fundação criada em Los Angeles em 1988 por David Horowitz e Peter Collier, com o objectivo de promover políticas conservadoras. Tem prestado especial atenção aos meios de comunicação social, à indústria de Hollywood e ao mundo académico norte-americano.

Jamie Glazov, o editor da *FrontPage Magazine* que dirigiu o debate, intitula-se especialista em questões da União Soviética e da política externa norte-americana e canadiana.⁸ Antes de iniciar a discussão, apresenta os convidados. Pierre Rehov é descrito como realizador francês autor de seis documentários sobre bombistas suicidas palestinianos;⁹ Nancy Kobrin é anunciada como arabista e psicoanalista da Universidade de Haifa e autora de *The Sheikh's New Clothes: Islamic Suicide Terror and What It's Really All About* (no prelo); o alemão Hans-Peter Raddatz é apresentado como perito do Islão e autor de títulos como *From Allah to Terror? Jihad and the Western Deformation, Allah's Veil, The Turkish Danger* e *World Risk Iran*;¹⁰ por fim, Gudrun Eussner é descrita como jornalista doutorada pela Universidade Livre de Berlim, especializada em Ciências da Comunicação, Ciências Políticas e Filologia Iraniana e com experiência de trabalho em vários países muçulmanos.¹¹ A apresentação inicial tem por função, através da referência a graus académicos, experiência no terreno e publicações, legitimar os convidados como peritos do Islão. Este capital simbólico está, porém, aparentemente desfasado do objecto de discussão. O tema do debate são crimes de natureza sexual perpetrados na Europa por imigrantes muçulmanos, mas o trabalho dos convidados, como aliás o do moderador, incide sobre o terrorismo islâmico, a política externa norte-americana e o Médio Oriente. Quanto à “experiência no terreno”, esta resume-se a entrevistas a bombistas suicidas presos em Israel e à passagem por países muçulmanos. Nenhum dos presentes trabalhou sobre vítimas de violação, violadores condenados por tribunais europeus, nem sequer sobre os muçulmanos da Europa.

Este desfasamento não é ocasional, ele sinaliza a abordagem que o debate faz à violência sexual, analisada como manifestação do carácter retrógrado e violento do Islão. Apesar de nunca ter entrevistado um violador nem uma mulher violada, Ruhov, ao aceitar o convite, indica que se considera apto a discorrer sobre violações. Subentende-se que a “psicologia” de um bombista palestiniano é semelhante à de um violador muçulmano, que um muçulmano na Palestina é semelhante a um muçulmano na França, e provavelmente que todos os muçulmanos são potenciais terroristas e violadores. Para além de patentear uma visão essencializada do Islão, este tipo de abordagem traduz a perspectiva à qual a

⁸ Do seu currículo fazem parte publicações contra a esquerda como o recente *United in Hate: The Left's Romance with Tyranny and Terror* (2009).

⁹ Pseudónimo de um realizador e romancista francês. Os seus trabalhos visam sobretudo o conflito israelo-palestiniano, pautando-se pela defesa de Israel. Tem o seu próprio site em <http://www.pierrerehov.com/>.

¹⁰ Com um doutoramento em Orientalism pela Universidade de Bona (1967), Raddatz é, entre os convidados, aquele que, graças ao seu percurso académico, às numerosas publicações em língua alemã e a uma presença regular na televisão e na imprensa alemã, goza de maior capital simbólico como perito do Islão. Enquanto a comunicação o elogia frequentemente, muitos dos seus pares (por exemplo, os académicos Uto Steinbach e Christian Troll) tecem-lhe duras críticas. Foi acusado de metodologia deficiente (abordagens simplistas, citação de frases fora do contexto, etc.) e de essencializar uma cultura marcada pela diversidade com o intuito de a demonizar.

¹¹ Eussner tem o seu próprio site em língua alemã (<http://www.eussner.net/>), dedicado sobretudo ao “perigo de islamização” da Europa.

cultura muçulmana é reduzida e a partir da qual todas as suas manifestações são analisadas: a violência, o terrorismo e o Médio Oriente.

Ao longo da discussão esta visão é reforçada. Os presentes consideram que a Europa está em estado de guerra. Essa guerra não se desenrola, porém, em países como o Iraque ou o Afeganistão, mas nas cidades europeias, palco, segundo os convidados, de uma tentativa de conquista, ocupação e colonização por parte do Islão. É neste contexto que se integra o ataque de Eussner a Tarik Ramadan,¹² um dos mais destacados pensadores do Islão europeu. Para Eussner os textos deste académico suíço não podem ser vistos como salutares contributos para a reflexão sobre o Islão (Ramadan advoga o estudo e a reinterpretação dos textos corânicos e a necessidade de construir um Islão europeu atendo aos problemas das sociedades europeias). Pelo contrário, o postulado introduzido pelo pensador quanto à Europa como “espaço de testemunho” traduz, segundo Eussner, um inequívoco passo na conquista muçulmana do continente.

A esquerda favorável ao multiculturalismo é co-responsabilizada por este avanço do Islão: não teria prestado a devida atenção aos testemunhos de maus-tratos de mulheres muçulmanas nem se teria empenhado na defesa da cultura europeia. Eussner acusa partidos políticos, imprensa, intelectuais, feministas e instituições educativas de se submeterem às exigências de governos islâmicos ditatoriais, permitindo a islamização progressiva do continente. Os países europeus não surgem assim como potências ocupantes, com forte poder de ingerência e um longo historial de apoio aos governos ditatoriais do Médio Oriente, mas como nações ameaçadas por uma força vinda dessa zona. De países colonizadores e invasores, os Estados europeus passam a potenciais colonizados e alvo de pressão interna por parte dessa região.¹³ A jovem loura de olhos azuis coberta de sangue, cuja fotografia acompanha a transcrição do debate,¹⁴ deixa de se significar a si própria enquanto vítima de violação, tornando-se imagem de uma Europa branca feminina (leia-se “frágil”) atacada pelo Islão. Uma vez que o painel interpreta as violações cometidas por jovens muçulmanos no espaço europeu como manifestação da vontade de conquistar, escrutina-as como violações em tempo de guerra. Eis como Rehov sintetiza a situação: “Violar mulheres pertencentes a outro grupo cultural e religioso ou raça é um acto de domínio masculino não só contra a própria mulher, mas contra todo o grupo a que ela pertence.”

¹² Ramadan é um dos mais influentes e controversos intelectuais europeus da actualidade. Figura pública de grande projecção mediática, protagonizou uma série de inflamados debates. Os seus críticos acusam-no de dupla face, de anti-semitismo e de promover o radicalismo e a guerra.

¹³ A fobia de um Islão conquistador e militante é questionada por estudos sobre as transformações sociológicas dos muçulmanos na Europa. Ver, por exemplo, Haenni e Amghar (2010).

¹⁴ Trata-se de uma mulher sueca violada por muçulmanos. A sua fotografia foi divulgada na imprensa e recuperada em muitas páginas islamofóbicas.

Nenhum dos presentes fundamenta esta percepção das violações como arma de guerra (o que distingue as violações cometidas por muçulmanos em Paris, Berlim ou Oslo das violações cometidas por *gangs* de não muçulmanos dessas cidades?). Aliás, em termos de fundamentação a discussão é muito duvidosa. Não são apresentados dados que confirmem uma maior incidência do crime entre muçulmanos. A única fonte referida é um polícia conhecido de Rehov não identificado numa cidade francesa não especificada. Não se citam estudos, apenas se fazem referências vagas do tipo “organizações das Nações Unidas continuam a queixar-se”. Esta inexactidão na fundamentação das críticas ao Islão contrasta com a precisão bibliográfica final de Kobrin em obras sobre fantasias sexuais e autismo.¹⁵ Causa também estranhamento que num debate sobre um tema tão controverso se verifique uma tal homogeneidade de opiniões no painel.

Se assumirmos, porém, a questionável caracterização das violações cometidas por muçulmanos na Europa como arma de guerra, é surpreendente que nenhum dos convidados invoque os numerosos estudos que nas últimas décadas foram publicados sobre a correlação entre militarismo, masculinidade agressiva e violência sexual. De facto, nada é referido sobre o modo como os conflitos armados potenciam a violência sexual. Para os presentes, os crimes são violações de guerra, mas não reside na guerra a sua explicação. Essa explicação encontra-se no que os convidados consideram o carácter intrinsecamente perverso e misógino da sexualidade no Islão. Raddatz acusa o Islão de degradar a mulher a “campo de cultivo”, promotor de uma constante vigilância e violência masculina sobre o corpo feminino. Segundo Eussner, desde Maomé que o Islão tem como objectivo a sua própria expansão, o que motiva a falta de direitos do indivíduo e o uso da sexualidade como arma de fertilização e de punição das muçulmanas desobedientes e das infiéis.¹⁶ Ruhov imputa este carácter a motivos religiosos (a mulher é vista no Corão como algo diabólico feito para tentar o homem) e culturais (a natureza chauvinista das sociedades muçulmanas), que se traduzem numa perseguição e culpabilização do prazer, causadoras de frustrações e de um profundo medo da impotência, na origem da violência sexual. Kobrin postula a natureza diferente da sexualidade no mundo árabo-muçulmano, apontando a pedofilia, o incesto e a violação como marcas da família muçulmana. Na sua segunda intervenção, Raddatz afirma que nas sociedades muçulmanas se verifica uma maior tendência para o incesto e para o

¹⁵ Kobrin refere apenas uma obra de um autor muçulmano: A sexualidade e o Islão de Abdelwahab Bouhdiba. Não se percebe, porém, em que medida o texto confirma a tese de Kobrin de que o Islão promove o incesto.

¹⁶ Raddatz e Gussner invocam um lugar-comum muito difundido, a fobia de um Islão conquistador, que usa a natalidade para se instalar. Os dados recolhidos por Youssef Courbage e Emmanuel Todd em *Le Rendez-vous des Civilizations* (Seuil: Paris, 2007) refutam, porém, esta percepção. A taxa de natalidade em muitos países muçulmanos revelou uma queda drástica nas últimas décadas. O Irão, por exemplo, passou de uma média de 7,3 filhos por mulher em 1975 a 2 em 2005, situando-se assim ao nível da França (Haenni e Amghar, 2010).

sexo anal. Na intervenção final de Kobrin, a desumanização dos muçulmanos culmina em exemplos do reino animal. Por fim, a arabista sintetiza a opinião do painel, ao agregar a tortura, as violações e os ataques suicidas como tácticas psico-sexuais do arsenal do terrorismo islâmico.

As tentativas de explicar e/ou desacreditar ideologias através da perversidade sexual dos seus membros goza de uma ampla tradição no século XX. Se olharmos para a presença do nazismo e do fascismo em diversas formas da cultura popular, constatamos uma frequente associação destes movimentos a formas que as obras em causa consideram como desvios sexuais (incesto, pedofilia, histerismo, sadomasoquismo, homossexualidade). A ligação que o painel estabelece entre perversidade e Islão faz parte de uma tendência perceptível em determinados órgãos de comunicação social (a *FrontPage Magazine*, por exemplo) de associação do Islão ao nazismo e fascismo, na origem, por exemplo, do conceito islamo-fascismo. Mais do que uma tentativa de análise histórica, este termo corresponde a uma defesa da “guerra contra o terror” enquanto intervenção militar no Médio Oriente (o pretexto de que o islamismo é o actual herdeiro dessas ideologias europeias) (Duran, 2006). Ainda que o conceito esteja ausente na discussão, é insinuada, em diversas ocasiões, a associação nele postulada: Raddatz, por exemplo, considera que a violência contra as mulheres e a homossexualidade aproximam os intelectuais ocidentais dos militantes islâmicos, situação que, na sua opinião, poderá conduzir a Europa a estruturas totalitaristas e a um pensamento neo-fascista. Este tipo de associação revela as mesmas estratégias e o mesmo tipo de perigos que são perceptíveis em muitas representações populares do nazismo e do fascismo. Ao associar o Islão à homossexualidade e à sodomia, os convidados não estão apenas a recorrer a valores dessa religião (que, tal como as outras religiões do Livro, condena a sodomia) para insultar os muçulmanos. Estão também a identificar a homossexualidade como perversidade sexual e, não menos grave, a obliterar o facto de que os homossexuais são dos grupos mais discriminados e perseguidos no Médio Oriente.

O propósito dos convidados não é apenas desacreditar o Islão conotando-o com o fascismo e o totalitarismo soviético. De maior importância é a leitura da violação como ritual bárbaro e arcaico, que remeteria o Islão para o domínio de “culturas primitivas” promotoras da violência sexual. O autor invoca certos costumes: “Em certas festividades como a circuncisão todos os membros da família acariciam e até beijam o “membro” dos bebés masculinos, pronunciam palavras mágicas e oferecem notas para activar a misericórdia de Alá para o seu futuro poder fertilizador.” Para Raddatz, tais práticas conduzem-nos ao domínio da magia e a rituais pré-históricos do culto da fertilidade:

[...] [*estas práticas*] levam-nos de volta a tempos pré-modernos, se não mesmo pré-culturais. Vemos em pinturas das cavernas caçadores a matar grandes animais enquanto os seus pénis em erecção estão ligados às vaginas das mulheres do grupo. Por outras palavras, sem dominarem as mulheres os homens não conseguem reger livremente [...] sobre a sociedade. Trata-se de uma verdade muito antiga, pré-moderna, obviamente ainda profundamente enraizada no Islão, assim impedindo a emancipação sexual e ética desta cultura.

As violações não são assim analisadas no quadro da violência doméstica e dos crimes de natureza sexual na Europa, mas entendidas como fruto do carácter arcaico do Islão. Ou seja, enquanto as violações cometidas por não muçulmanos remeteriam para o secular, a explicação para a violência sexual praticada por muçulmanos deve ser procurada no domínio do sagrado. Segundo esta lógica, no Islão, a violência sexual e a submissão da mulher adquirem um carácter cerimonial atestador da obediência do indivíduo a preceitos do foro sagrado essenciais para o controlo social e a coesão do grupo (rituais para, por um lado, punir e domesticar as mulheres insubmissas e as infiéis e, por outro, demonstrar a adesão dos homens a um certo ideal de masculinidade agressiva). Desta maneira, enquanto a violação cometida por um não muçulmano é entendida como crime pela sociedade, uma excepção contrária à cultura em que o violador se integra, com as violações dos muçulmanos estamos perante o oposto: elas são um ritual sancionado pelo grupo, que traduz a essência da cultura de origem do agressor. Este tipo de argumentação não se limita a ecoar um lugar-comum recorrente em discursos ocidentais anti-Islão: ao contrário das sociedades ocidentais, protagonistas de uma salutar separação entre o sagrado e o profano, as sociedades muçulmanas não teriam dado ainda tal passo, o que lhes vedaria até ao presente a emancipação e entrada na modernidade. Para o painel não se trata porém de uma questão de evolução, de um “atraso cultural” passível de ser corrigido. Segundo os presentes, os fundamentos do próprio Islão impediriam a possibilidade de emancipação por rejeitarem veementemente a separação entre a lei humana e a lei divina. Ao associar o que considera ser uma pretensão totalizadora do Islão e certas manifestações religiosas desta religião ao pensamento mágico e à prática pré-civilizacional de rituais, a argumentação do painel tenta confirmar o suposto carácter inferior, retrógrado, bárbaro e violento do Islão.

Convém aqui recordar as considerações de Hüpfauf (influenciado por autores como Bauman, Horkheimer, Adorno e Foucault) sobre a correlação entre violência e modernidade. O autor notou como a constatação de que a modernidade não fora capaz de banir a violência (pelo contrário, socorrera-se precisamente da violência para se afirmar) tinha conduzido a “técnicas de relegação” (*techniques of relegation*) essenciais

para a legitimação do uso da violência pelo “Eu”. Enquanto a violência “legítima” é definida como excepção a uma realidade de paz, sendo moralmente justificada pelo facto de ser usada ao serviço do bem (da erradicação da própria violência), a violência “ilegítima”, a destrutiva e sem sentido, é relegada, no sentido de atribuída ao “Outro” (a um outro espaço, sistema político, ou a uma outra época histórica, classe social ou ideologia) (Hüppauf, 1997). Esta situação é essencial para compreendermos a maioria dos discursos pré-feministas sobre a violência sexual em conflitos armados. As violações de guerra sempre fizeram parte dos discursos hegemónicos. Só que não surgiam no sentido que as feministas introduziram (um carácter supra-nacional equacionado com a submissão da mulher no patriarcado), mas integrando discursos nacionalistas destinados a desacreditar adversários. Neste contexto, o crime tende a ser imputado ao outro lado e interpretado como sinal do carácter perverso do Inimigo. Por seu lado, os relatos de violação cometidas pelas próprias tropas são negados, ignorados ou desvalorizados como actos esporádicos de certos indivíduos, que não traduziriam uma imagem fiel do colectivo.

É para esta interpretação pré-feminista da violação que o debate moderado por Glazov remete. Não pretendo aqui contrapor uma suposta “concepção universalista e feminista” da violação¹⁷ a uma visão centrada nos contextos socioculturais, nas crenças religiosas e nos valores culturais em que a violência ocorre. Para além de o pensamento dito feminista se pautar por uma notável diversidade, há que ter em conta que universalismo e contextualização não poderão ser sumariamente entendidos como opostos na análise de situações de violência sexual.

No seu esforço de definir a violação como expressão e ritual de um Outro bárbaro, o painel da *FrontPage Magazine* não valoriza a análise do substrato cultural e religioso, ofusca simplesmente o facto de que, apesar de diferentes contextos, formas de expressão, dimensão e significado, as violações em cenários de guerra e de luta política são um fenómeno supra-nacional que não se consegue explicar através de dicotomias primitivo/civilizado. Não se trata de dizer que a violação de uma francesa por combatentes argelinos tem o mesmo significado da violação de uma sindicalista chilena por membros das forças policiais de Pinochet ou da violação de uma vietnamita por soldados norte-americanos; trata-se de especificar como e porquê, em contextos tão distintos, determinados códigos culturais levaram ao uso de violência sexual para atacar, punir e humilhar o opositor.

¹⁷ Não só numerosos contributos recentes do pensamento feminista conscientes do tendencial carácter universal das violações na guerra advogam especial atenção ao modo como rivalidades étnicas e raciais se traduzem em explosões de violência sexual (veja-se, por exemplo, a discussão promovida pela revista *Mittelweg*, Alison *et al.*, 2009) como também abordagens feministas mais antigas apontam para o imperativo de atender aos contextos (veja-se um clássico da visão “universalista” da violação, Brownmiller, 1975).

O segundo problema da abordagem efectuada pelo painel prende-se com o uso de palavras de alguns violadores (secundadas por um polémico mufti¹⁸ de Copenhaga, Shahid Mehdi) para explicar o crime: a violência dever-se-ia ao não uso do véu islâmico. Esta definição das violações reside, porém, em dois pressupostos questionáveis. O primeiro prende-se com a veracidade das palavras dos criminosos. Cada acto de locução é fruto de motivações inerentes ao contexto, o que nos obriga a questionar as afirmações de qualquer indivíduo enquanto reprodução fiel da realidade. O testemunho de um violador perante um tribunal (onde o seu objectivo é ilibar-se) não é certamente idêntico ao que profere junto dos cúmplices. A situação comunicativa concreta leva os mesmos sujeitos a encenarem diferentes actos de linguagem. Para além disso, mesmo quando os criminosos acreditam que o não uso do véu lhes outorga o direito de violar, será apropriado confiar aos violadores a explicação do crime? As situações que o painel debate – violações de grupo em que a vítima é insultada e responsabilizada pelo crime – parecem apresentar-se não tanto como “especificidade muçulmana”, mas antes como variação de um padrão muito comum em crimes de natureza sexual. Em quantos julgamentos os violadores não desvalorizam ou negam o crime, asseverando que a mulher queria, que “se atirou”, que as “roupas provocantes” indicavam que estava à procura de sexo? Em casos de violações de *gangs*, não será o insulto verbal à vítima algo recorrente?

Por fim, o último grande problema da abordagem efectuada prende-se com um fenómeno característico dos discursos orientalistas, largamente analisado por Said: uma concepção monolítica do Islão, sem atenção a contextos históricos, geográficos e sociais. No intento de explicar as violações com o Islão, de as descrever como continuação da escravização das mulheres dos infiéis nas conquistas muçulmanas (prática que por sua vez não é analisada no contexto alargado dos séculos do Califado e do Império Otomano), ignoram-se possíveis convergências entre a violência sexual praticada por muçulmanos na Europa e a criminalidade de natureza sexual no espaço europeu contemporâneo. Nega-se qualquer continuidade dentro do mesmo espaço geográfico para se focalizar exclusivamente uma eventual linha diacrónica que levaria de Maomé a uma parcela dos violadores de Paris. A conclusão que Rehov tira das palestinianas violadas que são posteriormente mortas pela família – “Este exemplo diz-nos que na cultura muçulmana existem valores, mas a linha entre o bem e o mal é traçada noutra sítio, muito longe da nossa compreensão” – sinaliza o objectivo da acima referida

¹⁸ Os muftis ou juizes, literalmente os que emitem as fatwas (decisões jurídicas de acordo com a sharia), são formados em centros de estudos teológicos ligados a uma das quatro escolas do Islão sunita (Tager, 2008: 36).

estratégia: criar uma imagem do Islão como o Outro absoluto (não-europeu e não-ocidental), o oposto negativo, aquele com quem um diálogo é impraticável.¹⁹

Esta obstinada vontade de ver as violações como marca de diferença cultural leva a que seja feita *tabula rasa* do activismo feminista. É curioso que se parta do princípio de que as violações são consequência do Islão, mas que não se invoque o trabalho de activistas do Médio Oriente que trabalhem com vítimas de violência sexual. Tal prende-se com a imagem veiculada pelo painel das mulheres muçulmanas. Estas são divididas entre vítimas (as que escrevem relatos de maus tratos) e cúmplices (as que, devido à educação, se identificam com os agressores e defendem os filhos violadores). Negando-lhes o papel de agentes, o grupo insinua que as muçulmanas nada têm a ensinar ao Ocidente (têm apenas algo a contar). O diálogo possível é um em que as ocidentais, por um lado, ouvem testemunhos de violência e, por outro, ensinam a emancipação.

Não são, porém, os movimentos feministas que o painel aponta como modelos. Pelo contrário, como o sinalizam as palavras iniciais de Glazov, as feministas ocidentais são dos principais alvos de ataque na discussão. Raddatz desacredita as suas lutas actuais como apego a privilégios, principalmente no trabalho. Ao abrir a segunda parte da discussão, Glazov compara-as aos comunistas ocidentais vítimas do Estalinismo. Raddatz extrapola este caso às “actuais elites europeias” defensoras do “politicamente correcto”. Não hesita em alardear posições homofóbicas para bramir o espectro do caos: afirma que o “aumento da homossexualidade”, as imagens de vômito e de fezes na arte, a roupa escura e os ambientes sombrios no cinema são sintomas da decadência do Ocidente.

A abordagem da violência sexual pelo painel leva-nos a um fenómeno que a feminista Elsa Dorlin denunciou na actual direita francesa: a barbarização de certas classes sociais e povos em nome das mulheres, situação com consequências funestas para o próprio feminismo (Dorlin, 2007). De facto, esta colagem da violência sexual a uma determinada religião dificulta, ou inviabiliza mesmo, a promoção de alianças entre mulheres de diferentes culturas no combate à violência contra as mulheres, remetendo-as, pelo contrário, para o papel tradicional de submissão ao discurso nacionalista. Como nota Dorlin, a feminista ideal neste contexto passa alguém como Marine Le Pen, a activista política que substituiu as lutas sociais do movimento feminista (os “privilégios” de que fala Raddatz) pela luta xenófoba, canalizando assim as aspirações femininas “europeias” contra os/as “estrangeiros/as”. No outro lado do Atlântico, encontramos um

¹⁹ Esta imagem dos muçulmanos como “intrinsecamente diferentes” é contestada por numerosos estudos. Veja-se uma recente sondagem da GALLUP em Londres, Berlim e Paris, que revelou que a tolerância dos muçulmanos dessas cidades a crimes de honra e passionais era muito semelhante à da população da capital em causa (Rheault e Mogahed, 2008a). Mostrou ainda que as clivagens se situam em temas como a homossexualidade, o aborto e a pornografia (Rheault e Mogahed, 2008b), ou seja, em questões às quais os partidos de direita europeus também tendem a se opor.

fenómeno que sinaliza uma aliança análoga entre empenhamento feminino e nacionalismo, as chamadas *feminist hawks*, activistas que defendem o uso da força para “libertar as mulheres muçulmanas” e que desde o 11 de Setembro se revelaram preciosas aliadas do pensamento neo-conservador.²⁰ Como sugere o sociólogo Tim Hwang num artigo de Virginia Heffermann, muitos ideólogos cedo perceberam que uma aura de esquerda tornava algumas medidas conservadoras mais atraentes em sociedades de costumes liberais: um certo público aderiria mais facilmente a uma guerra contra determinados países se estes fossem apresentados não necessariamente como promotores do terrorismo mas como repressores das liberdades individuais. David Horowitz, criador da *FrontPage Magazine*, revista indiferente às lutas feministas, é precisamente um dos exemplos dessa comunhão de interesses (Heffermann, 2009).

A apropriação e instrumentalização de tradicionais combates dos grupos feministas como a luta contra o sexismo e a violência sexual para a descredibilização do Islão cumprem assim objectivos políticos em duas frentes. Por um lado, o esforço de marcar as diferenças fundamentais entre “eles” e “nós”, acentuando o carácter militante do Outro, bem como os seus valores perversos e arcaicos, não compatíveis com uma Europa que se entende defensora dos direitos humanos, civilizada e respeitadora das mulheres, serve para definir uma identidade europeia construída por oposição ao Islão, com implicações fundamentais na política de asilo e nos direitos dos cidadãos muçulmanos europeus.²¹ Kobrin faz a ponte explícita entre os objectivos “internos” e os “externos”. Avisa que a situação da Europa deve servir de sinal de alarme nos Estados Unidos, que devem assim travar a imigração muçulmana. As suas últimas palavras (o fim do debate) são, porém, sobre a necessidade de o Ocidente (em que inclui Israel) se preparar para uma longa guerra contra o terrorismo islâmico, uma luta que poderá durar de 300 a 500 anos. O discurso que advoga a vedação do espaço do “Eu” ao Islão desemboca assim na linha editorial da *FrontPage Magazine* de justificação, a pretexto da “guerra ao terrorismo”, do intervencionismo e das guerras norte-americanas no Médio Oriente e da política de Israel. Ou seja, a defesa do fechamento do espaço do “Eu” ao Outro integra-se na apologia da abertura violenta do espaço tradicional do Outro ao Ocidente. Resta assim saber se a lógica de combate e conquista serão “especificidades muçulmanas”, como

²⁰ Trata-se da radicalização e instrumentalização política de tendências antigas, sobre as quais existe uma extensa bibliografia. Meyda Yeğenoğlu usou o caso do véu para escrutinar como a relação entre os interesses imperialistas ocidentais e o projecto emancipador do Iluminismo moldou a atitude imperial do feminismo ocidental (Yeğenoğlu, 1998: 95-120). Chandra Talpade Mohanty demonstrou como a criação de uma imagem monolítica da mulher do “terceiro mundo” como vítima e oprimida, em algumas contribuições feministas ocidentais, pressupunha a existência da mulher ocidental como emancipada e se traduzia numa reafirmação da superioridade do Ocidente (Mohanty, 1984).

²¹ Veja-se, neste contexto, o estudo de Miriam Ticktin. A autora demonstra como, a partir de 2000, os relatos de violência sexual que emergiram no espaço público francês (entre eles as mediatizadas tournantes, violações de grupo, nos subúrbios das grandes cidades francesas habitados em grande parte por imigrantes de origem magrebina e africana) fazem parte sobretudo de um discurso de controlo de fronteiras com objectivos claramente anti-imigração (Ticktin, 2008).

pressupõe o painel, ou se não se encontrarão também num certo “pensamento ocidental” preconizado precisamente pelo painel.

Num estudo sobre a violência, Slavoj Žižek questionava se a focalização na violência subjectiva (“a violência dos agentes sociais, dos indivíduos malévolos, dos aparelhos repressivos disciplinados, das turbas fanáticas”) não passava de uma “tentativa desesperada de desviar as atenções do verdadeiro lugar do problema”, assim obliterando a “interacção complexa dos três modos de violência: subjectiva, objectiva [*sistémica*] e simbólica” (Žižek, 2008: 18-9). Numa entrevista recente publicada no jornal *Haaretz*, Judith Butler dizia, a propósito da ofensiva contra Gaza, que a estratégia utilizada pelo governo e pela comunicação social israelitas de representar todos os palestinianos mortos como instrumentos de guerra (membros do Hamas ou por estes colocados na mira das armas com o intuito de acusar Israel de matar crianças) neutralizava a possibilidade de pesar perante as vidas perdidas: qualquer corpo palestiniano deixava de surgir como ser humano, mas como artilharia empenhada na destruição de Israel (Aloni, 2010). Este tipo de considerações ajuda-nos a compreender o debate promovido pela *FrontPage Magazine*. O objectivo da discussão não é combater a violência sexual. A interpretação da violação como ritual revelador da essência do Islão desempenha um papel central na tentativa levada a cabo pelo painel de criar uma imagem do muçulmano como o Outro absoluto, associando-o à barbárie, a um pensamento mítico incompatível com a separação entre o sagrado e o profano, a transgressões sexuais intoleráveis (violação, pedofilia, incesto), à violência política “ilegítima” (terrorismo) e a ideologias contra as quais o Ocidente se auto-definiu depois de 1945 (nazismo, fascismo e totalitarismo soviético). Ao estigmatizar esse Outro como primitivo, fanático, violento e sexista, não só se tenta legitimar as formas de violência contra ele cometidas – um quadro legal que considera os muçulmanos cidadãos de segunda categoria (estrangeiros tolerados), criminalização dos “ilegais” (encarceramento e deportação), uso da tortura em interrogatórios, bombardeamentos massivos, confiscação de terras, ocupação de estados soberanos, etc. – como simultaneamente se procura criar um contexto mediático em que o sofrimento e a morte desse Outro deixa de suscitar pesar. Não causa assim surpresa que Fjordman seja colaborador ocasional da *FrontPage Magazine*. De facto, o painel reunido por Glazov apenas reveste de uma certa aura académica e intelectual o discurso de ódio que Fjordman difundia no seu blogue.

JÚLIA GARRAIO

Investigadora do Centro de Estudos Sociais, onde integra o Núcleo de Estudos sobre Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP). Iniciou em 2007 um projecto

de pós-doutoramento financiado pela FCT que se focalizou na questão da representação literária e cinematográfica das violações de mulheres alemãs por membros das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial.

Contacto: juliaga@gmail.com.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alison, Miranda; Bergoffen, Debra; Bos, Pasquale; du Toit, Louise; Mühlhäuser, Regina e Zipfel, Gaby (2009), “‘My Plight is not Unique’. Sexual Violence in Conflict Zones: A roundtable discussion”, *Eurozine*. Consultado em 02/11/09, <http://www.eurozine.com/articles/2009-09-02-zipfel-en.html>.
- Aloni, Udi (2010), “Judith Butler: As a Jew, I was taught it was ethically imperative to speak up”, *Haaretz*. Consultado em 09/03/10, <http://www.haaretz.com/hasen/spages/1152017.html>.
- Brownmiller, Susan (1975), *Against our Will. Men, Women and Rape*. New York: Fawcett Columbine.
- Dorlin, Elsa (2007), “Pas en notre nom! Contre la récupération raciste du féminisme par la droite française”, *L’Autre Campagne*. Consultado em 09/01/09, <http://www.lautrecampagne.org/article.php?id=132>.
- Duran, Stefan (2006), “Fascism, Islam et Grossiers Amalgames”, *Le Monde Diplomatique* (Novembre).
- Fjordman (2005), “Rape: Nothing to do with Islam?”. Consultado em 05/01/10, <http://fjordman.blogspot.com/2005/08/rape-nothing-to-do-with-islam.html>.
- Glazov, Jamie (2006), “To Rape an Unveiled Woman”, *FrontPage Magazine*. Consultado em 08/12/09, <http://97.74.65.51/readArticle.aspx?ARTID=5347>.
- Haenni, Patrick; Amghar, Samir (2010), “Le mythe de l’islam conquérant”, *Le Monde Diplomatique*, (Janvier).
- Heffernan, Virginia (2009), “The feminist Hawks”, *The New York Times*. Consultado em 09/03/10, <http://www.nytimes.com/2009/08/23/magazine/23FOB-medium-t.html#>.
- Hüppauf, Bernd (1997), “Introduction: Modernity and Violence: Observations Concerning a Contradictory Relationship”, in Bernd Hüppauf (org.), *War, Violence, and the Modern Condition*. Berlin/New York: de Gruyter, 1-29.
- Mohanty, Chandra Talpade (1984), “Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses”, *Boundary 2*, 12(3), 333-358.
- Rheault, Magali; Mogahed, Dalia (2008a), “Common Ground for Europeans and Muslims Among Them”, *GALLUP*. Consultado em 07/02/10, <http://www.gallup.com/poll/107521/common-ground-europeans-muslims-among-them.aspx>.
- Rheault, Magali; Mogahed, Dalia (2008b), “Moral Issues Divide Westerners from Muslims in the West”, *GALLUP*. Consultado em 07/02/10, <http://www.gallup.com/poll/107512/Moral-Issues-Divide-Westerners-From-Muslims-West.aspx>.
- Runnymede Trust (s.d.), “Islamophobia: A challenge for us all”. Consultado em 08/03/10, <http://www.runnymedetrust.org/uploads/publications/pdfs/islamophobia.pdf>.

- Said, Edward (2004), *Orientalismo. Representações ocidentais do Oriente*. Lisboa: Cotovia.
- Tager, Djénane Kareh (2008), “Le clergé: Mollahs et Muftis”, *Le Monde des Religions*, vol. 31, p. 36.
- Ticktin, Miriam (2008), “Sexual Violence as the Language of Border Control: Where French Feminist and Anti-Immigrant Rhetoric Meet”, *Signs*, 33(4), 863-889.
- Yeğenoğlu, Meyda (1998), *Colonial Fantasies. Towards a feminist reading of Orientalism*. New York: Cambridge University Press.
- Žižek, Slavoj (2008), *Violência*. Lisboa: Relógio d'Água.